

PREFÁCIO*

Meu desejo era ter inspiração poética e conhecimento filosófico para abrir este prefácio falando do tempo como uma categoria que revela e, ao mesmo tempo, esconde as dimensões factual, social e humana da vida. Como versou Mauro Iasi (2016), o tempo cotidiano é insuprimível da vida humana e, por isso mesmo, ele é também histórico, marcado pelos processos de constituição, produção e reprodução de uma determinada forma de vida. Uma vida histórica que, por sua vez, é mediada por situações concretas de cada realidade: as particularidades da formação social, da luta de classes, da constituição do Estado, da cultura e das ideologias, que expressam certo modo de ser e viver em sociedade.

Essa remissão à categoria tempo, aqui simplificada pelos meus próprios limites no trato do tema, adquiriu razão de ser no exato momento que recebi o convite das organizadoras para prefaciá-la esta Coletânea – em plena vigência do “isolamento social”, requerido pela pandemia da COVID-19 e, em meio a uma crise política do Governo Bolsonaro, que nos ameaça, também, com outros vírus da ignorância e do obscurantismo negacionista. Pois bem, são diversas as referências ao tempo que farei neste prefácio: o tempo que a memória extraiu do cotidiano; o da conjuntura sanitária e política brasileira; e o tempo que marca a trajetória intelectual e política do Serviço Social brasileiro.

Do cotidiano da década de 1990, recupero o cenário de uma Oficina da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), realizada na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1995, em que participei de uma mesa sobre “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”, a convite da Professora Maria Helena Rauta, como parte das discussões relativas à construção das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social. Ao final da sessão, a professora Rose Serra me apresentou à jovem diretora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), Professora Rosângela Nair Barbosa, que de pronto me convidou para ser pesquisadora-visitante da Faculdade. Com o meu aceite, iniciava-se ali uma experiência que marcaria minha vida profissional e acadêmica, em face do desafio de implementar, junto ao jovem e renovado corpo docente daquela instituição de ensino superior (IES), as primeiras iniciativas que consolidariam a pesquisa como tripé da educação superior, ao lado do ensino e da extensão, na FSS/Uerj.

* DOI – 10.29388/978-65-86678-15-4-0-f.11-16

Passados 25 anos daquele convite e da vivência/dos aprendizados adquiridos entre 1996-1998, me vejo diante da instigante produção intelectual de parte dos docentes que criaram o Programa de Estudos sobre o Trabalho e Reprodução Social (PETRES) e que hoje são experientes pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ (PPGSS/UERJ). À época, o PETRES foi o primeiro programa/grupo de estudos e pesquisas na área do Serviço Social que instituiu, como objeto específico de pesquisa, o tema “Trabalho e Reprodução Social”, numa conjuntura importantíssima para a consolidação do Serviço Social como área de produção do conhecimento. O momento era de efervescência no Serviço Social, marcado pela vigência do novo código de ética profissional, pela aprovação das novas Diretrizes Curriculares e criação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu*, onde se inclui o PPGSS/UERJ. Pioneiro na definição da temática “Trabalho e Política Social” como área de concentração, o PPGSS/UERJ é um programa de excelência, avaliado com nota 6 e integrado por um corpo docente permanente e colaborador de alto nível.

O Programa é uma referência nacional e continental no âmbito da sua área de concentração e das linhas de pesquisa ativas, dentre elas “Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social” e “Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social”, às quais se vinculam os autores e autoras deste livro, intitulado “Trabalho, Reprodução social e Serviço Social: desafios e utopias”. O volume reúne oito capítulos, todos com coautoria de docentes, discentes e egressos do PPGSS/UERJ, além de dois pesquisadores convidados, abordando temas da maior relevância para a tematização da realidade e do próprio Serviço Social.

Segundo a minha leitura, a unidade temática dos oito capítulos do livro reside na relação entre trabalho, relações sociais e a dinâmica da produção e reprodução social na sociedade do capital, tematização que também permitiu tratar o Serviço Social no âmbito das relações dinâmicas e contraditórias de produção e reprodução das relações sociais. Trata-se de uma assertiva conceitual abraçada pela renovação crítica da profissão desde a seminal obra de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, “Serviço Social e Relações Sociais”, publicada originalmente em 1982. Contudo, neste livro, tal conjunto categorial é ampliado pelas mediações extraídas do capitalismo do século XXI, que dão conta: a) das dimensões da crise capitalista e dos mecanismos de sua restauração (materiais e ideopolíticos); b) dos novos mecanismos de valorização do valor; c) das mudanças no mundo do trabalho (precário, explorado e alienado) e de suas incidências na sociabilidade das classes; d) das contrarreformas do Estado determinadas pela ofensiva neoliberal, ultraneoliberal e conservadora.

As questões e reflexões presentes nos diversos capítulos deste livro têm o grande mérito de extrapolar as resenhas de obras clássicas e contemporâneas, realizando problematizações inéditas no campo do Serviço Social e das Ciências Sociais. Os objetos específicos de pesquisa, por sua vez, mobilizam mediações e categorias reflexivas que reproduzem, no plano das ideias, o movimento dialético e contraditório da realidade.

Os quatro primeiros capítulos, de modo mais direto, evocam a centralidade do trabalho sob o capital, historicizando-o e teorizando-o, desde uma perspectiva da crítica da economia política, abordando discussões que lhes permitem tratar questões como:

- A apropriação do tempo de trabalho (necessário x excedente) como principal mecanismo de valorização do valor em face da regulação de novos meios de exploração do trabalho, através das contrarreformas do Estado – como é o caso da nova legislação trabalhista de 2017, que pilha direitos históricos dos trabalhadores, agravando as condições e relações históricas de trabalho;

- A apreensão das condições e relações de trabalho que estão subjacentes às trajetórias laborais de trabalhadores/as trans, que são problematizadas a partir das categorias divisão sexual do trabalho e diversidade de gênero. O texto advoga que as clivagens cisnormativas e heteronormativas no trato da divisão sexual do trabalho têm potencial para permitir que no âmbito das relações de trabalho das pessoas trans, a diversidade seja vivida como desigualdade;

- A qualificação dos termos do debate – por vezes genérico – da Saúde do Trabalhador é problematizada como “questão” da saúde no âmbito da precarização e exploração da força de trabalho, cujas dimensões ontológica e sócio-histórica revelam que a manutenção ou a dilapidação da saúde do trabalhador e da trabalhadora é um limite próprio às condições da exploração capitalista, logo da produção do valor. Segundo a reflexão dos autores, também a apartação da “saúde dos trabalhadores” como um “campo” programático e específico de intervenção social pode reiterar a reprodução da exploração, deixando intocável a precariedade estrutural do trabalho abstrato que produz valor para o capital.

- A reposição do debate entre trabalho e exercício profissional de assistentes sociais resgata o arcabouço teórico marxiano sobre a produção do valor para destacar a questão da subordinação do trabalho ao capital, manuseando as categorias trabalho concreto e trabalho abstrato. Frente às condições e relações que marcam o trabalho assalariado – portanto alienado e explorado na sociedade do capital –, as autoras problematizam a relação entre a condição subalterna do trabalho assalariado e a autonomia requerida para o exercício profissional

orientado pelo ideário do projeto ético-político, com o aporte da categoria autonomia relativa dos assistentes sociais. E primorosa a abordagem, inclusive por recuperar e enriquecer a problematização que uma das autoras, a Professora Marilda Yamamoto, fez originalmente na primeira década dos anos 2000.

Os quatro últimos capítulos abordam seus objetos específicos de pesquisa, dialogando com expressões diferenciadas dos processos de produção e reprodução social, relacionados às práticas sociais, à atuação do Estado, à sociabilidade e aos movimentos sociais. No que tange aos dois capítulos que discorrem, respectivamente, sobre a dinâmica do sistema penal, as condições de trabalho e a formação profissional de assistentes sociais e sobre as implicações éticas das comunidades terapêuticas no campo da saúde mental, ambos trabalham a categoria “Estado penal” em articulação com as determinações classistas do Estado e a formação da sociabilidade. Os textos abordam tanto a presença de práticas punitivas no sistema penal em detrimento da proteção social, quanto a expansão das comunidades terapêuticas que foram incorporadas pelo Estado brasileiro, ao tempo em que alimentam a criminalização dos usuários de drogas, em vez de efetivas políticas de Saúde.

Já a histórica relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais, objeto do último capítulo, consiste num profícuo resgate dessa relação, especificamente a partir do exaurimento da ditadura empresarial-militar vigente até os anos finais da década de 1970. Dentre esse conjunto de artigos, vale destacar o que trata sobre o pensamento de Henri Lefebvre a respeito da categoria reprodução e sua valia para a formação em Serviço Social, optando por uma reflexão conceitual que tem aderência à temática central do livro, realizada pelo grupo de pesquisadoras que desenvolvem uma instigante abordagem no campo marxista.

Sem dúvidas, em seu conjunto, a publicação revela o pluralismo teórico-metodológico abraçado pela experiência de pesquisa e produção do conhecimento do PPGSS/UERJ, herdeiro que é da cultura profissional que se espraçou no Serviço Social brasileiro, sem negar a existência de questões e tendências nem sempre consensuadas na área do Serviço Social. Longe disso, foram preservados os elementos que imprimem unidade ao conjunto dos capítulos: a identificação de manifestações presentes na realidade, a sistematização de informações e dados, a construção de sínteses analíticas e o destaque das inflexões de cada uma das abordagens no Serviço Social e na formação profissional.

Nesse diapasão, a leitura do conjunto dos capítulos me faculta concluir que os temas aqui tratados apontam para a articulação do Serviço Social com as atuais problemáticas presentes na realidade brasileira e mundial, numa explícita postura de resistência aos retrocessos pelos quais passa o país na atual conjun-

tura brasileira, sob direção da direita ultraconservadora e reacionária, de inspiração profocacista e ultraneoliberal – que, em plena pandemia da COVID-19, coloca o lucro acima da vida de milhares de brasileiros e brasileiras. O caráter perverso das medidas econômicas, aliadas ao espectro político e das ideologias, especificamente após o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 e as eleições de 2018, com seus traços obscuros, antimodernos, reacionários, além de abertamente homofóbicos, machistas, racistas e antidemocráticos certamente desafiam o leitor deste livro a buscar outras referências que auxiliem no conhecimento crítico da realidade e na construção de programáticas anticapitalistas em prol do atendimento das necessidades das classes subalternas, tão vilipendiadas nessa conjuntura.

Como afirmei em outra ocasião, o Serviço Social avançou na construção de uma cultura política e profissional crítica, desempenhando um papel intelectual significativo no campo das esquerdas. Se torna, assim, via de resistência ao pensamento conservador, às práticas sociais regressivas e à conjuntura de precarização e subordinação do trabalho ao capital no âmbito da pesquisa, da formação e do exercício profissionais. Ao exercitar o protagonismo intelectual e político do Serviço Social, este livro oferece um conjunto de reflexões que instigam o debate na área do Serviço Social e de áreas afins, dando provas do empenho e esforço empreendidos pelos docentes, discentes, egressos da Faculdade de Serviço Social da UERJ, e de pesquisadores convidados, no ofício de produzir conhecimentos afinados com as necessidades do nosso tempo histórico.

Ana Elizabete Mota

Assistente Social, Professora Titular aposentada da UFPE, docente permanente do PPGSS/UFPE e Professora Visitante da UFRJ.

Referências:

IASI, Mauro. O tempo do cotidiano e o tempo histórico. **Blog da Boitempo**. São Paulo. 13 jan. 2016. Blog da Boitempo. Disponível em: <<https://blogda-boitempo.com.br/2016/01/13/o-tempo-do-cotidiano-e-o-tempo-historico/>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

